



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

**COLETIVO RIA: promovendo o direito à  
cidade a partir do comum urbano**

**João Lucas Machado Campos**

Brasília - DF

Julho/2023



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

## **COLETIVO RIA: promovendo o direito à cidade a partir do comum urbano**

João Lucas Machado Campos

Monografia apresentada ao Curso de Ciência Política, do Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política sob a orientação do professor Thiago Aparecido Trindade.

Brasília - DF

Julho/2023

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer meus pais, Eduardo e Juliana, por todos os sacrifícios que fizeram para que eu e as minhas irmãs pudéssemos ter melhores condições de vida que eles tiveram, e por se desdobrarem para que tivéssemos uma boa educação e alcançássemos nossos objetivos na vida. Agradeço também às minhas irmãs por serem verdadeiros exemplos de estudo, de trabalho e de pessoas engajadas. Muito do que sou devo a vocês.

A minha imensa gratidão aos meus queridos amigos, os que me acompanham desde criança e os mais recentes, por compartilharem comigo cervejas, momentos, aflições, risadas, ideias e festas. Dentre eles, gostaria de citar alguns que são especialmente importantes na minha vida e marcaram profundamente a minha jornada na graduação: Burity, Caio, Carlos, Danel, Dourado, José, Maria, Peu, Pepê, Rafa, Tutu, Thaís, Thales e Vini.

Agradeço à Julia, por todo o afeto e suporte incondicionais.

Sou grato às companheiras e companheiros de Movimento Passe Livre, por me ensinarem tanto e por compartilharem comigo revoltas e sonhos.

Também agradeço aos artistas e militantes da ocupação Resistência Internacional de Artistas, por terem me recebido gentilmente e por exercerem um papel tão importante não só em Taguatinga, mas também em todo o Distrito Federal.

Por fim, agradeço a todas e todos que sonharam e lutaram por uma educação pública, acessível e de qualidade. Em minha graduação tive a compreensão da responsabilidade de ser aluno da Universidade de Brasília, uma universidade formulada para “pensar o Brasil como um problema”, nas palavras de Darcy Ribeiro. Espero que tenha cumprido pelo menos em parte essa tarefa tão importante.

***“Esse mundo não tem dono  
E quem me ensinou sabia  
Se tivesse dono o mundo  
Nele o dono moraria  
Como é mundo sem dono  
Não aceito hierarquia  
Eu não mando nesse mundo  
Nem no meu vai ter chefia”***

***(Toque de São Bento Grande - Paulo  
César Pinheiro)***

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar como a ocupação urbana Centro Cultural Resistência Internacional de Artistas (RIA), localizada na Região Administrativa de Taguatinga, no Distrito Federal, é capaz de promover mudanças nas dinâmicas sociais, políticas, culturais e econômicas no contexto urbano em que está inserida. A pesquisa se caracteriza como uma análise qualitativa, tratando primeiramente de um debate teórico sobre o papel da cidade num sistema orientado, sobretudo, pelo interesse do capital, fundamentando-se nos debates sobre o “direito à cidade” e o “comum urbano”. Posteriormente, a partir da realização de entrevistas semiestruturadas e da observação participante, é desenvolvida a investigação sobre o caso concreto referente à ocupação RIA, evidenciando seus aspectos organizativos, suas dinâmicas cotidianas, seus interesses políticos e suas relações com atores como o Estado. Por fim, conclui-se que a ocupação estudada promove um espaço que funciona sob uma lógica distinta dos locais privatizados ou sob controle do Estado, intensificando o potencial democrático e plural inerente ao urbano por meio da autogestão e da participação direta e ativa das pessoas que acreditam em um modelo alternativo de cidade e, conseqüentemente, de sociedade.

**Palavras-chave:** Ocupação urbana; Comum urbano; Direito à cidade.

## **ABSTRACT**

This work aims to analyze how the urban occupation Centro Cultural Resistência Internacional de Artistas (RIA), located in the Administrative Region of Taguatinga, in Distrito Federal, is able to promote changes in social, political, cultural and economic dynamics in the urban context in which it is inserted. The research is characterized as a qualitative analysis, dealing first with a theoretical debate on the role of the city in a system oriented, above all, by the interest of capital, based on the debates on the "right to the city" and the "urban common". Subsequently, based on semi-structured interviews and participant observation, the investigation of the concrete case of the RIA occupation is developed, highlighting its organizational aspects, its daily dynamics, its political interests and its relations with actors such as the State. Finally, it is concluded that the occupation studied promotes a space that works under a different logic from privatized sites or under state control, intensifying the democratic and plural potential inherent in the urban through self-management and the direct and active participation of people who believe in another model of city and, consequently, of society.

**Keywords:** Urban occupation; Urban commons; Right to the city.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 - Prédio da ocupação RIA.....</b>	<b>29</b>
<b>Figura 2 - Horta comunitária.....</b>	<b>30</b>
<b>Figura 3 - Quadro de tarefas.....</b>	<b>33</b>
<b>Figura 4 - Variété no estacionamento público em frente à ocupação.....</b>	<b>34</b>

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2. METODOLOGIA</b>	<b>13</b>
<b>3. CONCEITOS, APLICAÇÕES E DISPUTAS</b>	<b>14</b>
<b>3.1 O “DIREITO À CIDADE”</b>	<b>14</b>
<b>3.2 O “COMUM” E O “COMUM URBANO”</b>	<b>19</b>
<b>3.3 MOVIMENTOS E OCUPAÇÕES</b>	<b>25</b>
<b>4. CENTRO CULTURAL RIA</b>	<b>27</b>
<b>4.1 HISTÓRIA</b>	<b>27</b>
<b>4.2 PRINCÍPIOS, ORGANIZAÇÃO E ATIVIDADES</b>	<b>31</b>
<b>4.3 DESDOBRAMENTOS</b>	<b>34</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>36</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>37</b>
<b>APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS</b>	<b>41</b>
<b>APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO PARA AS ENTREVISTAS</b>	<b>42</b>
<b>APÊNDICE C - ENTREVISTA 01 COM PARTICIPANTE DA OCUPAÇÃO RIA</b>	<b>43</b>
<b>APÊNDICE D - ENTREVISTA 02 COM PARTICIPANTE DA OCUPAÇÃO RIA</b>	<b>49</b>



## 1. INTRODUÇÃO

O ambiente urbano tende a oferecer inúmeros objetos passíveis de análise e pesquisa devido às estruturas, aos atores e às dinâmicas que o compõem e que, quando agregados, evidenciam um cenário de grande complexidade. O modo como as cidades se formam, as formas de organização de seus ambientes e os padrões de vida de seus habitantes se apresentam, muitas vezes, como consequências naturais de um desenvolvimento “orgânico”, guiado pelas contingências. Contudo, intelectuais de áreas como o urbanismo, a geografia, a filosofia e a ciência política dedicaram parte de suas vidas ao desenvolvimento de trabalhos relacionados aos estudos urbanos, evidenciando elementos políticos, econômicos e sociais que influenciam diretamente o funcionamento da vida nas cidades.

Alguns desses estudos se dedicaram a compreender a forma como o Estado, o mercado e as cidades estão relacionados, abordando tanto os aspectos históricos dessa relação quanto suas implicações materiais em sua contemporaneidade, de modo a desnaturalizar determinadas dinâmicas e estruturas características da urbanização ocidental e capitalista. Questões como a especulação imobiliária, a segregação socioespacial e a mercantilização do espaço urbano passaram a fazer parte das discussões referentes à vida cotidiana das cidades, que começou a ser analisada a partir de sua complexidade ao ser integrada a temas mais amplos como a sociologia e a economia política.

Bourdieu (1997), ao diferenciar o espaço físico (o local) do espaço social (as relações entre os diferentes atores que estão nesse local), contribui para os estudos urbanos quando afirma que a cidade é uma expressão das relações sociais e de suas apropriações no espaço físico. Partindo de uma compreensão sobre a cidade que se fundamenta na distribuição de bens, de serviços e dos próprios atores sociais, o sociólogo francês destaca não somente os aspectos materiais do contexto urbano, mas também a dimensão simbólica que influencia e é influenciada pelas dinâmicas políticas e econômicas que compõem esse ambiente (SANTOS JUNIOR, 2014). Assim, se o espaço físico (a cidade) tende a materializar o espaço social, os processos de dominação, de hierarquização e de exploração também são concretizados na cidade:

Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo efeito de naturalização que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta; diferenças produzidas pela lógica histórica podem, assim, parecer surgidas da natureza das coisas (basta pensar na ideia de “fronteira natural”) (BOURDIEU, 1997, p. 160).

Para Lefebvre (2001), a cidade assume uma posição central na análise sobre as relações sociais de produção, não se limitando a ser somente o espaço em que tais dinâmicas ocorrem, mas sendo também ferramenta importante de sua reprodução, em consonância com o pensamento de Bourdieu. Desse modo, compreender a estrutura urbana a partir de temas como a habitação, os diferentes níveis de acesso a bens e serviços, a mobilidade urbana, entre outras inúmeras possibilidades, é também entender sobre as dinâmicas sociais, políticas e econômicas que orientam a sociedade que se estabelece em um determinado espaço.

As cidades brasileiras, em geral, são marcadas pelas desigualdades socioeconômicas características de um país localizado na periferia do capitalismo e que possui um passado colonial, fundamentado no racismo e no patriarcado, ainda a ser superado. No contexto urbano, é evidente a existência de espaços segregados, onde as camadas mais ricas da população têm acesso a serviços públicos de qualidade, áreas verdes, segurança e infraestrutura adequada, enquanto as camadas mais pobres são relegadas a áreas periféricas, sem acesso a esses mesmos recursos básicos. Villaça (2011), ao estudar a distribuição geográfica no município de São Paulo de dados sobre questões como a vulnerabilidade social, a porcentagem de população negra e a temperatura e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), demonstra como a questão urbana se relaciona a um processo muito mais amplo de desigualdades.

O caso do Distrito Federal é elucidativo quando se analisa a influência das dinâmicas políticas e econômicas no projeto urbanístico da capital e das suas cidades vizinhas, anteriormente denominadas “cidades-satélites” e hoje chamadas de Regiões Administrativas (RAs). Segundo Derntl (2018), apesar de já constarem em alguns planejamentos urbanos formulados ainda no final da década de 1950, as

RAs se formaram, sobretudo, por uma necessidade emergencial do desenvolvimento de moradias que abrigassem os trabalhadores que passavam a construir assentamentos e ocupações no centro de Brasília. Isso se deve ao fato de que o planejamento urbanístico elaborado por arquitetos e urbanistas, o qual foi escolhido por atender aos interesses das elites políticas e econômicas à época, negligenciava a problemática referente à ausência de habitação para as classes sociais formadas principalmente por pessoas pobres, pretas e marginalizadas.

Destarte, a formação de cidades como a Região Administrativa de Ceilândia (que tem origem etimológica na “Campanha de Erradicação de Invasões”) funcionou, em geral, como um mecanismo de segregação e de afastamento das pessoas que não se enquadravam no padrão social e econômico estabelecido pelo próprio Estado para o Plano Piloto, região central da capital brasileira, formando uma relação centro-periferia. Destacam-se, assim, as contradições sociais que, fundamentadas em questões políticas que envolvem aspectos como raça, classe e gênero, instituíram um contexto urbano marcado pelas desigualdades materiais e simbólicas não só entre Brasília e as demais RAs, mas também dentro de cada cidade que compõe o DF. A questão do escasso acesso à moradia é apenas um dos problemas gerados pela urbanização orientada pela lógica de produção de valor, que é instituída tanto pelo Estado quanto pelo mercado (HARVEY, 2014; LEFEBVRE, 2001).

Contudo, assim como nos primeiros anos de construção do Distrito Federal, a formação de ocupações em espaços vazios da cidade ainda é um mecanismo utilizado pelos setores mais carentes da população que não têm o direito à moradia garantido pelos governantes. Ainda que seja uma prática arriscada e complexa, sendo reprimida muitas vezes pelas forças do próprio Estado que foi incapaz de prover à população o acesso à habitação, a ocupação urbana se desenvolve muitas vezes como uma ferramenta não só de luta por moradia, mas também de consolidação de redes de apoio e de comunalização de bens e do próprio espaço. Os incontáveis empecilhos enfrentados pelos ocupantes, que vão, em muitos casos, da ausência de mínima estrutura de saneamento até a constante ameaça de despejo, são coletivizados, e as soluções passam por dinâmicas também coletivas.

Neste trabalho, portanto, será realizado o estudo do Centro Cultural Resistência Internacional de Artistas (RIA), que é uma ocupação urbana localizada na Região Administrativa de Taguatinga (DF). Tal ocupação se caracteriza pelas diversas atividades culturais e políticas realizadas em seu espaço, as quais são abertas à população em geral e que são norteadas sobretudo por uma perspectiva política autonomista e emancipadora. Desse modo, o objetivo desta pesquisa é compreender como as dinâmicas internas e externas da ocupação RIA favorecem a formação de uma cidade e de uma sociedade mais democrática, fundamentando-se no debate sobre o “direito à cidade” e, especialmente, sobre o “comum urbano”.

No primeiro capítulo de desenvolvimento (item 3 do sumário), o trabalho tem como foco o debate teórico acerca dos conceitos de “direito à cidade” e de “comum urbano”, a fim de se compreender como ambos se relacionam filosoficamente e, também, na prática política de determinados grupos. Na primeira seção será realizada a conceitualização do “direito à cidade”, abordando a sua origem histórica, o seu debate no meio acadêmico, os seus aspectos legislativos e constitucionais no contexto brasileiro e, também, a apropriação dessa pauta pelos movimentos sociais relacionados à temática urbana. Já a segunda parte se concentrará nos debates contemporâneos sobre o comum urbano, entendendo-o como uma prática política cotidiana, fundamentada sobretudo na autogestão do espaço, e que se mostra como uma alternativa para além das dinâmicas impostas pela lógica do Estado e do mercado. Por fim, nessa seção também será realizada uma breve análise sobre a importância dos movimentos sociais e de suas táticas de ação no contexto das lutas urbanas.

No segundo capítulo de desenvolvimento (item 4), o foco principal é analisar o caso concreto da ocupação RIA, com o intuito de compreender questões como sua história, dinâmicas internas de tomada de decisão e gestão coletiva, além de suas perspectivas políticas relacionadas à cidade e à sociedade em geral. A partir dessas informações, busca-se estabelecer uma conexão entre a luta coletiva dos militantes/moradores dessa ocupação e as reivindicações mais abrangentes do “direito à cidade”. Essa relação é explorada através de práticas que podem ser interpretadas à luz da construção de um “comum urbano”, que vai além da mera comunalização de bens e serviços, reconhecendo a cidade como um espaço compartilhado e coletivo.

Por fim, a última seção aborda sobre as possíveis contribuições que grupos que buscam a instituição do comum urbano, como a ocupação estudada, podem oferecer para imaginar modelos democráticos de urbanismo e, também, de organização social.

## **2. METODOLOGIA**

O método utilizado para a realização consiste, primeiramente, na revisão bibliográfica referente aos temas mais específicos relacionados ao contexto urbano como o “direito à cidade”, o “comum urbano” e a relação das questões fundiárias com a acumulação de capital. Além disso, também se utilizará como referencial teórico as produções referentes ao contexto histórico e urbano do Brasil e do Distrito Federal, bem como os artigos e livros que tratam sobre movimentos sociais e o repertório de ocupações urbanas, a fim de se relacionar certos aspectos históricos e estruturais ao repertório utilizado pela ocupação RIA. Desse modo, busca-se desenvolver e consolidar uma melhor compreensão teórica sobre a questão urbana, a fim de que fossem explicitados os principais conceitos e questões que se apresentam no debate acadêmico referente a essa temática.

Para além do levantamento bibliográfico, a pesquisa também se desenvolve a partir do estudo de caso descritivo da ocupação RIA, considerando-se o objetivo de se compreender profundamente aspectos específicos de um fenômeno contemporâneo, de modo a se entender os funcionamentos das dinâmicas do grupo estudado (YIN, 2005). A escolha dessa ocupação se deve à sua particularidade política, organizativa e procedimental, fomentando um modo de viver que une a cultura, a autogestão e a ecologia. Assim, neste trabalho busca-se identificar de que forma o funcionamento interno e as atividades externas realizadas pelos moradores e artistas da ocupação se relacionam com o debate sobre a promoção do “direito à cidade” a partir de estratégias e métodos característicos do “comum urbano”. Para isso, serão utilizadas duas técnicas para a coleta de dados: a entrevista semiestruturada e a observação participante.

O motivo para a escolha utilizar entrevistas semiestruturadas é conseguir captar os aspectos contextuais e históricos, tanto individuais como coletivos, que

caracterizam o cotidiano da ocupação RIA (ZAMORA, 2021). Desse modo, serão realizados questionamentos sobre a história do espaço ocupado, a trajetória do próprio entrevistado, as formas como a ocupação e os seus bens são organizados e divididos, as perspectivas sobre as práticas cotidianas da ocupação e a sua relação com a sua vizinhança e com a cidade como um todo.

Já a observação participante será realizada com o objetivo de proporcionar maior profundidade à coleta e à análise dos dados, proporcionando uma compreensão holística e natural das diversas questões que perpassam o contexto analisado a partir de uma técnica etnográfica (MÓNICO et al., 2017). Assim, a partir de algumas visitas ao espaço e da participação em atividades (como reuniões internas e eventos culturais abertos), se desenvolverá uma descrição imersiva e complexa da vivência na ocupação e da sua interlocução com outros fenômenos urbanos.

### **3. CONCEITOS, APLICAÇÕES E DISPUTAS**

#### **3.1 O “DIREITO À CIDADE”**

O termo “direito à cidade” foi primeiramente apresentado pelo filósofo francês Henri Lefebvre, em sua obra homônima *Le droit à la ville*, que foi escrita no contexto da década de 1960 na França, em meio a um cenário social e político conturbado, o qual atingiria seu ponto de ebulição com as manifestações de estudantes e trabalhadores no que ficou popularmente conhecido como “Maio de 1968”. Esse livro se destaca por trazer uma teoria filosófica amparada na prática política, em uma aproximação entre a academia e os grupos que naquele momento ocupavam as ruas em protesto (TAVOLARI, 2016). Não se limita, portanto, à tarefa de diagnosticar e teorizar sobre a condição urbana de sua época, mas também é carregado de intensas reivindicações políticas sobre o que seria um modelo mais justo e democrático de cidade e de sociedade. Porém, antes de explicitar o que seria esse conceito, apontando as suas diferentes interpretações e utilizações ao longo da história, faz-se necessária uma introdução à concepção que Lefebvre tinha sobre a cidade e sobre a sua relação com a economia política.

Ao atribuir à cidade capitalista uma interpretação conjuntural, comparando-a aos diferentes modelos históricos e geográficos de cidade, o filósofo evidencia o seu funcionamento político e econômico no processo de acumulação e de concentração de capital, relacionando de maneira conflitiva o processo de industrialização com o processo de urbanização. Nesse sentido, destaca-se um ponto chave para o desenvolvimento teórico promovido por Lefebvre: sua análise sobre o mundo material, ou seja, sobre as relações de poder e sobre a própria luta de classes, não se limita à relação burguesia-proletariado no ambiente das fábricas como já era historicamente feito por pensadores marxistas, mas se expande a partir da compreensão sobre a reprodução do capital e das suas relações de produção na esfera cotidiana das cidades (TONUCCI FILHO, 2020).

Para o autor, “A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos” (LEFEBVRE, 2001, p.12). Ou seja, o que se caracteriza como urbano se trata de uma obra coletiva, um espaço de encontro festivo e de conflito, um ambiente de convívio das diferenças e do múltiplo, o que se desvirtua a partir da lógica do capital à medida em que ela induz fenômenos como a mercantilização do espaço urbano e o domínio do Estado sobre a cidade. Logo, os conflitos referentes ao acesso, ao uso e à gestão dos espaços e dos serviços na cidade são expressões de um cenário mais amplo caracterizado pela luta de classes, no qual os diferentes interesses de classe se materializam nos processos de disputa, de dominação e também de significação do espaço urbano.

Assim, compreende-se o motivo da modernidade, para o autor, representar o ponto de cisão entre o que é propriamente considerado “urbano” e a concepção de cidade que era difundida em seu contexto. A partir da consolidação e do avanço do capitalismo no século XIX, ocorre a alienação dos trabalhadores e demais habitantes da cidade, que deixam de concebê-la enquanto um bem comum e passam a vivê-la sob as limitações e as mediações impostas pelo Estado e pelo mercado. Esses, ao reduzirem a questão urbana à simples gestão do espaço físico, escondem uma estratégia de classe que orienta o processo de construção e desenvolvimento do espaço urbano (CARLOS, 2020).

O “direito à cidade” na concepção lefebvriana, portanto, pode ser compreendido como a possibilidade universal e igualitária de construção e de gozo das potencialidades que o ambiente urbano tem a oferecer em sua plenitude, escapando das limitações impostas pelo capitalismo. Para o filósofo francês, é necessário reverter o processo de mercantilização do espaço urbano, em que a cidade e os seus locais são codificados a partir de seu “valor de troca” em detrimento do seu “valor de uso”, o que seria alcançado somente a partir da produção coletiva de outros espaços (LEFEBVRE, 2001).

Nesse sentido, apreende-se que, para Lefebvre, a solução para os problemas urbanos gerados pela lógica do capital, aplicados a partir de dinâmicas de controle e de dominação, não pode estar restrita às instituições ou à disputa jurídica. A legitimidade do próprio Estado é colocada em xeque ao evidenciar a cordialidade perversa que permeia a relação entre o poder público e as elites econômicas, no qual determinados interesses de classe são garantidos, seja por meio da legislação, seja pelo emprego da violência direta. Nesse sentido, o autor afirma que:

Apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar das, e levar até sua plena realização, soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará a obra. Trata-se inicialmente de desfazer as estratégias e as ideologias dominantes da sociedade atual. [...] Isso não quer dizer que a classe operária fará sozinha a sociedade urbana, mas que sem ela nada é possível. (LEFEBVRE, 2001, p. 113).

Contudo, ao longo do tempo o conceito de “direito à cidade” foi empregado por diferentes atores e a sua significação passou a ser múltipla, a depender dos interesses e das concepções políticas de quem o reivindica. As distintas formas de se compreender a cidade e de participar das disputas referentes às questões urbanas são refletidas nos próprios sentidos que são atribuídos a tal conceito, que podem tender a uma perspectiva mais institucionalista e/ou a um sentido mais revolucionário. É importante ressaltar que os dois enquadramentos citados não são necessariamente antagônicos, haja vista que determinados atores, como os movimentos de luta por moradias, utilizam repertórios diversos, atuando na competição dentro das instituições (elegendo cargos políticos, participando de conselhos, etc), mas também realizando trabalho de base e de ação direta (ocupando terras e imóveis, por exemplo) (TATAGIBA et. al, 2012).



Na concepção considerada mais institucionalista do “direito à cidade”, é evidente o caráter jurídico e legalista do debate e dos embates em torno dos direitos relativos à questão urbana, como o direito à moradia e à mobilidade urbana. No contexto brasileiro, a discussão legislativa sobre esse direito está centrada especialmente na Lei nº 10.257/2001, popularmente conhecida como Estatuto da Cidade, a qual regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, que estabelecem determinadas orientações para o desenvolvimento territorial: “Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (BRASIL, 2001 apud TRINDADE, 2012, p. 146).

Ademais, segundo Trindade (2012), a judicialização do “direito à cidade” no Brasil se fundamenta principalmente nas questões referentes à função social da propriedade, de modo que o Estatuto impõe limitações ao direito individual da propriedade privada em favor de quem não tem condições de pagar por uma moradia. Evidencia-se, assim, a importância que a propriedade privada tem nos processos de desenvolvimento e de disputas que circulam as cidades brasileiras, onde imperam conflitos que resultam em milhões de imóveis ociosos utilizados para especulação imobiliária e milhares de pessoas em situação de rua<sup>1</sup>. Portanto, o Estatuto representa um importante avanço legislativo na promoção do “direito à cidade”, servindo como apoio jurídico para a fundamentação de disputas que se dão nas cidades brasileiras entre interesses privados e necessidades coletivas.

Para além do Estatuto da Cidade, Caldas (2022) indica outros processos institucionais que também estariam relacionados com a viabilização do “direito à cidade”, como a criação do Ministério das Cidades em 2003 (sob o comando do Olívio Dutra, sindicalista e ex-governador do Rio Grande do Sul), e a realização da Conferência Nacional das Cidades, no mesmo ano, a qual resultou na Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU). Contudo, apesar da participação de importantes movimentos sociais e coletivos relacionados às pautas urbanas nesses

---

<sup>1</sup> Segundo o Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem cerca de 11 milhões de domicílios vagos. Disponível em: [https://apublica.org/2023/06/censo-2022-brasil-tem-11-milhoes-de-casas-e-apartamentos-vagos/?utm\\_source=twitter&utm\\_medium=post&utm\\_campaign=vagos#Censo](https://apublica.org/2023/06/censo-2022-brasil-tem-11-milhoes-de-casas-e-apartamentos-vagos/?utm_source=twitter&utm_medium=post&utm_campaign=vagos#Censo)

processos, as alianças entre o setor privado e o poder público se mantiveram firmes e dificultaram, em conjunto ao difícil contexto econômico (recessão econômica ocasionada pela crise financeira mundial de 2008), os possíveis avanços que tais medidas gerariam na democratização das cidades brasileiras.

Nesse sentido, o enquadramento jurídico do “direito à cidade” se caracteriza sobretudo pelos direitos individuais e coletivos de acesso a espaços e serviços que o contexto urbano tem a oferecer, além de estabelecer diretrizes de desenvolvimento das cidades orientadas por questões ambientais e democráticas, ainda que não se apliquem na realidade em muitos casos. A partir dessa perspectiva liberal institucionalista, para que uma cidade seja mais democrática, é necessário que os direitos presentes nos ordenamentos jurídicos sejam não só respeitados, mas também ampliados. Para isso, a luta ocorre essencialmente de forma institucional, a partir de medidas como a aprovação de projetos de leis, a regulamentação de leis já promulgadas (como o Estatuto da Cidade) ou a criação de conselhos nos órgãos governamentais, em uma tentativa de garantir maior participação da sociedade civil nos processos deliberativos e decisórios.

Já no enquadramento considerado mais radical do “direito à cidade”, portanto mais próxima da concepção lefebvriana do termo, os debates e os processos de disputa ocorrem a partir de outros pressupostos e mecanismos. As ferramentas institucionais se mostram insuficientes para garantir o que seria um verdadeiro modelo de cidade democrática: uma cidade que não fosse submetida aos processos de dominação do capital e do Estado, em que os processos de encontro (sejam amistosos ou conflituosos) não fossem mediados e nem influenciados pela lógica da produção de valor.

Desse modo, qualquer horizonte de democratização da vida urbana que se fundamente apenas em mecanismos jurídicos e legislativos se mostra no mínimo ilusório, haja vista a aliança histórica entre o poder público e o projeto capitalista e neoliberal de cidade (ROLNIK, 2019). O cenário brasileiro, por exemplo, é atravessado por dinâmicas perversas em que empreiteiras, investidores do setor imobiliário e grandes donos de terra influenciam nos processos de tomada de decisão, avançando no processo de financeirização do solo e reproduzindo o

modelo de cidade segregada a partir da união com os projetos desenvolvimentistas do Estado (CALDAS, 2022).

Assim, ao compreender o “direito à cidade” de uma forma mais ampla e essencialmente anticapitalista, movimentos sociais e outros grupos organizados da sociedade civil utilizam mecanismos alternativos de luta por um projeto urbano radicalmente democrático. A partir da frustração em não ver a concretização do que está escrito nas leis e da urgência em sobreviver ao cenário hostil ocasionado pela carestia e por outras ameaças, buscam-se ferramentas extrainstitucionais de ação, utilizando repertórios que fogem de qualquer mediação oficial. É nesse contexto que surge o conceito de “comum urbano”, que neste trabalho é compreendido como uma prática, um modo de agir, que tem seu sentido político associado à promoção do “direito à cidade” a partir de uma perspectiva de democratização radical das relações sociais na vida urbana.

### **3.2 O “COMUM” E O “COMUM URBANO”**

Assim como o conceito de “direito à cidade”, a ideia de “comum” foi concebida de diferentes formas, a depender dos autores e dos atores políticos que a teorizam e/ou reivindicam, possibilitando a sua divisão em correntes como: o comum da produção da biopolítica, o comum da reprodução social, o comum ontológico da comunidade e o comum como princípio político, dialogando com autores como Marx, Deleuze, Aristóteles e Frederici (TONUCCI FILHO, 2017). A sua origem enquanto conceito filosófico está associada aos *commons*, que eram as terras comunais que precederam o início do desenvolvimento das propriedades privadas e do capitalismo a partir dos cercamentos (SILVEIRA; SAVAZONI, 2018). Assim, o debate sobre a questão do “comum” está originalmente relacionado aos temas referentes à economia, apesar de transitar entre áreas como a antropologia, a geografia, o urbanismo, o direito e, mais recentemente, a ciência política.

Ademais, inicialmente, a sua utilização se deu para descrever os bens econômicos considerados não exclusivos mas rivais, diferenciando-se do que é considerado público (bens não rivais e não exclusivos) e também do que é considerado privado (bens rivais e exclusivos) (DARDOT; LAVAL, 2015). Dessa

forma, o bem ou a propriedade “comum” seria justamente aquele que é de interesse geral e coletivo, mas que não está sob o domínio nem do Estado e nem de um proprietário. Nesse sentido, Ostrom (1990) desenvolve o entendimento sobre os bens “comuns” enquanto recursos a serem compartilhados e geridos de maneira coletiva, em contraposição aos preceitos liberais de competitividade e exclusividade que dominavam o debate econômico à época.

Porém, com o tempo, intelectuais, ativistas e movimentos sociais atribuíram outras formas de se conceber o “comum”, extrapolando a sua função enquanto categorização de bens econômicos e complexificando o seu sentido. Para Hardt e Negri, por exemplo:

Por "comum" queremos dizer, em primeiro lugar, a riqueza comum do mundo material o ar, a água, os frutos do solo e toda a generosidade da natureza - que, nos textos políticos clássicos europeus, é frequentemente reivindicada como sendo a herança da humanidade como um todo, para ser compartilhada em conjunto. Consideramos o comum também e, mais significativamente, os resultados da produção social que são necessários para a interação social e a produção posterior, como conhecimentos, idiomas, códigos, informações, afetos, e assim por diante. Essa noção de comum não posiciona a humanidade separada da natureza, seja como exploradora ou guardiã dela, mas se concentra nas práticas de interação, cuidado e coabitação em um mundo comum, promovendo as formas benéficas e limitando as prejudiciais ao comum (HARDT; NEGRI, 2009, p. 8, tradução própria<sup>2</sup>).

Assim, o “comum” passa a ser utilizado enquanto um princípio e um projeto político, no qual se impera a lógica comunitária do que é decidido de maneira autônoma, partindo não só das vontades e necessidades individuais, mas também do que é consentido pelo coletivo, por meio de dinâmicas que funcionam para além da mediação e da representação. É importante destacar também que a substância dos bens considerados “comuns” começa a variar, já que podem ser tanto materiais (propriedades de terra, recursos naturais etc) quanto imateriais (cultura, informação etc) (TONUCCI FILHO, 2020). Contudo, a sua essência enquanto um bem coletivo, de gestão e utilização compartilhadas, permanece.

---

<sup>2</sup> “By “the common” we mean, first of all, the common wealth of the material world—the air, the water, the fruits of the soil, and all nature’s bounty—which in classic European political texts is often claimed to be the inheritance of humanity as a whole, to be shared together. We consider the common also and more significantly those results of social production that are necessary for social interaction and further production, such as knowledges, languages, codes, information, affects, and so forth. This notion of the common does not position humanity separate from nature, as either its exploiter or its custodian, but focuses rather on the practices of interaction, care, and cohabitation in a common world, promoting the beneficial and limiting the detrimental forms of the common.”

Dessa forma, apesar de suas distintas interpretações e utilizações, alguns elementos são intrínsecos à ideia de “comum”, sendo identificáveis nas mais diversas aplicações desse conceito características que se relacionam com a comunalização e a autogestão, seja de maneira abstrata ou concreta. Dessa forma:

Como realidade, o comum refere-se a uma pluralidade de práticas sociais de compartilhamento, cooperação e autogestão; como conceito, diz respeito às representações abstratas e interpretações teóricas de tal realidade; e como discurso político, orienta projetos e experiências de emancipação para além Estado e do mercado (TONUCCI FILHO, 2017, p. 36).

Compreende-se, assim, a possibilidade múltipla de aplicações desse conceito, seja em abordagens econômicas como no caso de Ostrom (1990), seja no debate relacionado ao feminismo como faz Frederici (2010), por exemplo. De certo modo, todas essas abordagens encaminham, em conjunto, para um projeto de emancipação da vida humana em relação às dominações do Estado e do mercado, pois entende-se que o que é produção coletiva deve ser gerido pelo coletivo, para além da intervenção estatal ou da lógica da produção de valor. Nesse sentido, reivindicar o “comum” é disputar um presente marcado pelos desastres ambientais, pela intensificação dos conflitos sociais e pela crescente mercantilização da vida, provocando a ausência de perspectivas de futuro, logo, o “comum” se apresenta como uma possível solução ao “novo tempo do mundo” apresentado por Arantes (2015).

Segundo Dardot e Laval (2015), a reivindicação contemporânea do “comum” tem como base as lutas sociais e culturais contra o “Estado empresarial”<sup>3</sup> e a ordem capitalista, se mostrando hoje como uma das principais alternativas ao neoliberalismo<sup>4</sup> e à dicotomia entre o público e o privado. Essa afirmativa se fundamenta principalmente na difusão da pauta do “comum” enquanto projeto político pelos movimentos altermundialistas e ambientalistas na década de 1990 e, posteriormente, nos protestos globais de 2011 contra os regimes antidemocráticos,

---

<sup>3</sup> Apesar dos autores não dissertarem sobre o que seria um “Estado empresarial”, é possível concebê-lo como uma caracterização do Estado que se orienta pelos interesses do mercado e, portanto, das elites econômicas (sendo influenciado ou até mesmo gerido por esses atores).

<sup>4</sup> O conceito de “neoliberalismo” é disputado dentro da academia e está aberto a diferentes interpretações e utilizações, mas a partir do uso identificado nos textos referidos, a sua significação pode ser compreendida como o estágio do capitalismo caracterizado pela financeirização do mercado e pela mercantilização da vida humana em todas as suas esferas.

as políticas de austeridade e a lógica neoliberal como um todo<sup>5</sup> (TONUCCI FILHO, 2020).

De maneira semelhante, Harvey (2014, p. 145) também identifica o “comum” enquanto oposição ao projeto neoliberal de mercantilização da vida e do social em todos os seus âmbitos, entendendo-o como “uma relação social instável e maleável entre determinado grupo social autodefinido e os aspectos já existentes ou ainda por criar do meio social e/ou físico [...] tanto coletiva quanto não mercantilizada”. Além disso, o geógrafo inglês acrescenta em sua análise as disputas políticas e econômicas que se dão no contexto urbano, compreendendo o papel do processo de urbanização na absorção de excedentes de capital e partindo do pensamento de Lefebvre sobre o “direito à cidade”.

Assim, a partir da concepção lefebvriana de cidade enquanto uma obra coletiva, devendo ela ser o espaço da multiplicidade e da gestão comunitária, Harvey (2014) aponta para a ideia do urbano enquanto um campo fértil para a produção de “bens comuns”, ser preservados sobretudo pelos movimentos sociais, que disputam tanto com o Estado quanto com o mercado não só a “posse” de determinados territórios mas também o modo de se utilizá-lo. Desse modo, as políticas de privatização, de cercamento e de vigilância funcionam como barreiras para o desenvolvimento de relações sociais que escapam dos processos de dominação e de controle inerentes ao sistema capitalista.

No entanto, essa contraposição ao projeto neoliberal de cidade não se faz necessariamente em um processo revolucionário aos moldes classicamente marxistas, mas sim na própria prática cotidiana de *commoning*, de “fazer comum” (SILVEIRA; SAVAZONI, 2018), que consiste no desenvolvimento de dinâmicas autônomas e, preferencialmente, horizontais de compartilhamento e de deliberação sobre o uso do espaço. Nesse âmbito, já é possível estabelecer uma relação direta entre o “direito à cidade” de Henri Lefebvre e o “comum urbano”, à medida que ambos vislumbram um modo de superação da lógica capitalista e estatal de controle e de gestão do espaço urbano a partir de processos autônomos e coletivos de relações sociais no cotidiano.

---

<sup>5</sup> Para listar alguns desses protestos que aproximaram as lutas urbanas à teoria do “comum”: a Primavera Árabe, o *Occupy Wall Street*, as manifestações na Praça Taskim (KIP, 2015).

Além disso, para Tonucci Filho (2017), a aproximação entre o pensamento de Lefebvre e a teoria do “comum” não se apresenta somente no fato de ambas enxergarem no contexto urbano um espaço propício para a formação dessas relações sociais orientadas pela colaboração e autonomia, mas também porque, tanto na concepção lefebvriana de “direito à cidade”, quanto nas apropriações de ativistas e intelectuais do “comum urbano”, a cidade é considerada uma obra coletiva inerentemente e, por isso, um “bem comum” a ser preservado. Nesse sentido, o processo que Lefebvre (2001) descreve como a perda de percepção dos aspectos comunitários e coletivos das cidades por parte de seus habitantes (alienação), consiste justamente na tentativa de aniquilamento do que há de “comum” no cenário urbano por meio dos cercamentos e da mercantilização do espaço e de suas dinâmicas (HARVEY, 2014; TONUCCI FILHO, 2017).

Importante ressaltar que para Lefebvre (2001), apesar dos processos de mercantilização da cidade a partir da reprodução das relações sociais no espaço por meio da privatização ou do controle pelo próprio Estado, o contexto urbano está aberto a diversas possibilidades devido à sua característica de promoção do encontro e das diferenças. Assim, nenhuma operação de dominação está completa, restando justamente no que há de urbano (a multiplicidade e constante reinvenção) os possíveis caminhos para uma cidade e uma sociedade radicalmente democrática, e a chave para isso está, segundo o autor, na crítica e na reinvenção da vida cotidiana.

Isso porque, como já mencionado no Capítulo 2, o filósofo francês, ainda que marxista, desenvolve um diagnóstico distinto das abordagens dos seguidores ortodoxos do materialismo histórico e dialético: se para Marx (2007) o ponto chave de identificação do processo de produção de valor estava na divisão social do trabalho, sendo a fábrica o cenário central para essa análise, para Lefebvre a produção de riqueza se situa na reprodução das relações sociais de produção pelo espaço, a partir da urbanização (TONUCCI FILHO, 2020). Logo, as relações de produção e de exploração estão também expressas nas relações cotidianas que se manifestam e operam nas cidades.

Ao se analisar os movimentos contestatórios que reivindicam o “comum urbano”, é possível identificar repertórios e princípios que também ressaltam o papel

da ação cotidiana para a superação do modelo capitalista de desenvolvimento e de gestão urbana. Em geral, muitos desses grupos utilizam a tática de ocupação de determinados espaços e ambientes, instituindo dinâmicas autônomas e horizontais de gestão e de compartilhamento de recursos em seu dia a dia, pautando-se na colaboração e no apoio mútuo como uma forma de se contrapor à lógica neoliberal (FOSTER; IAIONE, 2015).

É importante destacar outro aspecto que também se apresenta no pensamento de Lefebvre e nas teorias e práticas do “comum urbano”: a chave para a superação da dominação estatal e mercadológica das cidades está na autogestão. Segundo Lefebvre:

A autogestão é definida como os saberes e o controle (no limite) por um grupo – uma empresa, uma localidade, uma área ou uma região – sobre as condições da sua existência e da sua sobrevivência em meio à mudança. Por meio da autogestão, esses grupos sociais são capazes de influenciar a sua própria realidade. (...) O crescimento da democracia é assim: ou a democracia entra em declínio – ou o direito à autogestão é trazido à definição da cidadania (LEFEBVRE, 2003, p. 252 apud TONUCCI FILHO, 2020, p. 386).

Dessa forma, é evidente que para o filósofo francês a ideia de “direito à cidade” está diretamente relacionada a uma perspectiva radical de democracia, na qual os indivíduos possuem plena capacidade de atuação e de transformação em seu contexto, de modo que a representação e a mediação características das democracias liberais não se aplicam. Esse aspecto também se aplica nos espaços chamados “comuns urbanos”, no qual as dinâmicas presentes são desenvolvidas de maneira autônoma, em que são exploradas as potencialidades do “fazer comum” em um determinado local e contexto.

Assim, está evidente que o “comum urbano” pode ser relacionado tanto com os bens que são produzidos e geridos de maneira coletiva nas cidades, quanto com uma interpretação na qual a própria cidade é considerada um “comum”, próxima da concepção lefebvriana de “direito à cidade”, apesar do recrudescimento das políticas de privatização e de controle sobre o ambiente urbano. Além disso, está patente a importância que os ativistas e movimentos sociais possuem na apropriação e na reivindicação desses princípios políticos, sendo esses grupos, em muitos casos, verdadeiros vanguardistas em meio a uma escassa produção acadêmica sobre tais temáticas (SILVEIRA; SAVAZONI, 2018; TONUCCI FILHO, 2017). Nesse sentido, a



próxima seção deste capítulo será destinada à análise das potencialidades existentes nas dinâmicas sociais, culturais e políticas de movimentos sociais que atuam em sentido à promoção do “direito à cidade” a partir de diferentes estratégias e técnicas.

### **3.3 MOVIMENTOS E OCUPAÇÕES**

A partir do debate teórico e conceitual realizado nos capítulos anteriores ficou evidente o protagonismo dos movimentos sociais e coletivos nas disputas referentes ao contexto urbano, de modo que tais grupos funcionam como atores coletivos que influenciam ativamente as dinâmicas de desenvolvimento e de gestão das cidades. O fato é que, seja na atuação institucional, seja em práticas consideradas mais disruptivas e radicais, a participação social de quem luta por um modelo de cidade mais acessível e democrático não pode ser negligenciada e muito menos subestimada.

Ao longo da história brasileira identifica-se a atuação ativa de movimentos populares de luta por mobilidade urbana, moradia e saneamento. O Movimento Nacional Pela Reforma Urbana<sup>6</sup> (MNRU), por exemplo, simbolizou e materializou a articulação da sociedade civil em prol da democratização da cidade no período da constituinte em 1988 (TRINDADE, 2014). Nesse sentido, a fim de alcançarem seus objetivos, tais grupos desenvolvem diferentes formas e técnicas de operação, diversificando também o grau de disruptividade e de interação com o Estado a depender dos enquadramentos de suas disputas e contextos (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014).

Desse modo, a concepção dos chamados “repertórios” de atuação é crucial para o melhor entendimento dos processos de disputa e de orientação política praticados por ativistas e coletivos. Os “repertórios” podem ser compreendidos como “um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha” (TILLY, 1995, p.

---

<sup>6</sup> “Em suma, a reforma urbana procura conjugar a adoção de políticas urbanas inovadoras no sentido de combinar a democratização do solo e da propriedade urbana com a democratização da gestão da cidade, viabilizando a participação popular nas decisões sobre o planejamento e a gestão urbanos” (TRINDADE, 2014, p. 125).

26 apud TRINDADE, 2014, p. 122). Logo, são técnicas compartilhadas que, apesar de possuírem um direcionamento ideológico e político, estão abertas ao imprevisto e à reinvenção cotidiana. Isso porque, segundo Jasper (2012), a ação coletiva influencia e é influenciada diretamente pelo seu contexto, que está em constante transformação a partir das diferentes forças que atuam nele, construindo um novo horizonte de vantagens e desvantagens e reorientando a prática política desses atores.

Segundo Abers, Serafim e Tatagiba (2014), é possível se identificar no Brasil ao menos quatro categorias de interações entre o Estado e a sociedade, as quais compreendem distintos repertórios, sendo elas:

**Protestos e ação direta.** Historicamente, movimentos sociais expressam demandas e, ao fazê-lo, pressionam os atores estatais a negociar através da demonstração de sua capacidade de mobilização. A forma de protesto exemplar é a marcha, mas existem outros métodos que também buscam publicizar conflitos, reforçar identidades e compromissos, e demonstrar o poder dos números. (...) **Participação institucionalizada.** Esta forma de interação é caracterizada pelo uso de canais de diálogo oficialmente sancionados que são guiados por regras previamente definidas, aceitas pelos envolvidos (e em alguns casos estabelecidas pela lei). Arenas participativas formais são caracterizadas por reuniões públicas e documentadas, que têm o propósito explícito de influenciar decisões específicas sobre determinadas políticas. A participação é geralmente indireta, envolvendo diferentes formas de representação (por exemplo, representantes da sociedade civil são escolhidos em assembleias compostas por grupos da sociedade civil ativos no setor de política). (...) **Política de proximidade.** Esta forma de interação Estado-sociedade funciona através de contatos pessoais entre atores de Estado e sociedade civil. Atores específicos obtêm distinção através de sua posição em um campo relacional, que lhes confere um nível de prestígio tal que lhes possibilita prescindir das mediações institucionais e/ou estruturas rituais que facultam acessos. (...) O recurso mobilizado pelos ativistas, neste caso, é sua posição como interlocutor reconhecido. No entanto, as razões pelas quais eles são capazes de “falar diretamente” com autoridades públicas podem variar substancialmente, envolvendo laços pessoais até o status da organização à qual pertencem. **Ocupação de cargos na burocracia.** Para alguns movimentos sociais brasileiros, ocupar posições no governo é uma estratégia comum para o avanço de seus objetivos. Quando governos são percebidos como aliados dos movimentos, esta rotina torna-se mais comum. Ocupar posições no governo gera efeitos de retroalimentação sobre outras rotinas de interação. Por exemplo, movimentos sociais têm mais oportunidades de envolver-se na política de proximidade quando seus colegas ocupam cargos no governo. Quando amigos, aliados e companheiros de militância tornam-se funcionários do Estado, conexões personalizadas entre atores estatais e não estatais são facilitadas (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, pp. 332-334).

Evidencia-se, assim, o caráter contingente das estratégias de ações elaboradas pelos movimentos sociais, de modo que tanto os fatores estruturais quanto a própria agência desses atores são determinantes em seus programas e

repertórios. Apesar das especificidades de cada categoria, todas estão em constante transformação e podem ser utilizadas em conjunto, a depender de como são interpretadas as vantagens e desvantagens de cada modo de interação com o Estado.

No contexto das lutas urbanas no Brasil, é evidente a presença dessas diferentes categorias na configuração das interações entre o Estado e a sociedade civil. Entre essas abordagens, destaca-se o significativo papel desempenhado pelas ocupações urbanas. Esse repertório envolve uma forma direta de protesto, onde a sociedade civil se mobiliza ocupando espaços urbanos como uma estratégia de reivindicação e manifestação de suas demandas. Portanto, se trata de uma intervenção organizada e realizada pela própria população, uma mobilização coletiva com pouca ou nenhuma mediação institucional em sua construção, possibilitando seu enquadramento na categoria de “protestos e ação direta” apresentada anteriormente (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014).

O próximo capítulo se dedicará à análise detalhada de uma ocupação cultural localizada em Taguatinga, no Distrito Federal. Nesse contexto, será empreendida uma investigação abrangente abordando não somente a estrutura organizacional da ocupação, mas também o âmbito de suas ações e sua conexão intrínseca com a cidade como um todo. Este estudo permitirá compreender como essa ocupação cultural desempenha um papel crucial na luta por uma visão alternativa de cidade, atuando como um agente de transformação urbana que propõe um modelo distinto, democrático, ecológico e autônomo de funcionamento da cidade.

## **4. CENTRO CULTURAL RIA**

### **4.1 HISTÓRIA**

A história de Brasília e do Distrito Federal (DF) está, desde a sua origem, atrelada aos problemas da pobreza e da falta de moradia. Questões como a seca do sertão nordestino e a falta de assistência social e econômica à população dessa região (em especial) fomentaram a migração das pessoas mais pobres, inspiradas

pelas novas possibilidades de ascensão social e financeira, para a futura capital federal.

A cidade de Taguatinga é uma das primeiras regiões administrativas do DF (RA III), sendo a sua origem diretamente relacionada à necessidade de construção de espaços que comportassem a massa de trabalhadores que chegavam para trabalhar na construção de Brasília na década de 1950, e que não tinham suas demandas básicas (moradia, saneamento básico, serviço de transporte, entre outros) garantidas no planejamento urbanístico em vigência. Assim, a partir do conflito entre os operários, que ocupavam as regiões centrais da futura capital construindo seus barracos, e as elites econômicas e políticas, que não viam espaço para esse perfil de pessoas em vulnerabilidade social numa cidade moderna, Taguatinga (assim como outras “cidades-satélites”) se desenvolveram com certa urgência (DERNTL, 2018). Atualmente, segundo a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) realizada pela Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan) em 2021<sup>7</sup>, a cidade possui mais de 200 mil habitantes, sendo uma das maiores e mais desenvolvidas no DF.

Sua região central é preenchida por prédios, estabelecimentos comerciais, estações de metrô e, como grande parte dos centros urbanos, imóveis ociosos e pessoas sem moradia. É nesse contexto contraditório que surge a Resistência Internacional de Artistas (RIA), que é um coletivo formado por artistas de diversas nacionalidades com o objetivo de transformar um prédio abandonado, localizado no Setor Hoteleiro Sul de Taguatinga, em um centro cultural e de acolhimento aos artistas de rua e pessoas sem moradia em geral, a partir da ocupação e revitalização do espaço.

A trajetória da ocupação RIA teve seu início no ano de 2020, em meio à pandemia da COVID-19. O coletivo surgiu como resultado de atividades que ocorriam no Mercado Sul, uma outra ocupação de Taguatinga, onde encontros para os “recicles”<sup>8</sup> eram frequentes durante as feiras. Entre os participantes, uma comunidade ligada à arte de rua e malabarismo começou a se formar e, durante esses encontros, surgiu a ideia de explorar a possibilidade de ocupar o edifício

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://pdad2021.ipe.df.gov.br/static/downloads/relatorios/taguatinga.pdf>

<sup>8</sup> O termo “recicle” é utilizado por esses artistas e militantes para designar as atividades de reaproveitamento de alimentos, sobretudo em feiras, que muitas vezes seriam descartados.

abandonado nas proximidades. A observação de que o local estava desocupado há anos, exceto por alguns moradores de rua que ocasionalmente o utilizavam, deu início ao processo de organização do coletivo.

Conscientes da diversidade de abordagens possíveis para a ocupação, o coletivo optou por adotar uma abordagem cultural e ecológica. Segundo os artistas e militantes Beto e Capitão, essa estratégia permitiu legitimar a ocupação como um projeto que não apenas visava à moradia, mas também promovia atividades culturais, educacionais e ambientais para a sociedade, como uma forma de contribuição social para o contexto urbano em que ela se encontra (informação verbal).

Figura 1 - Prédio da ocupação RIA



Fonte: Autoria própria (2023)

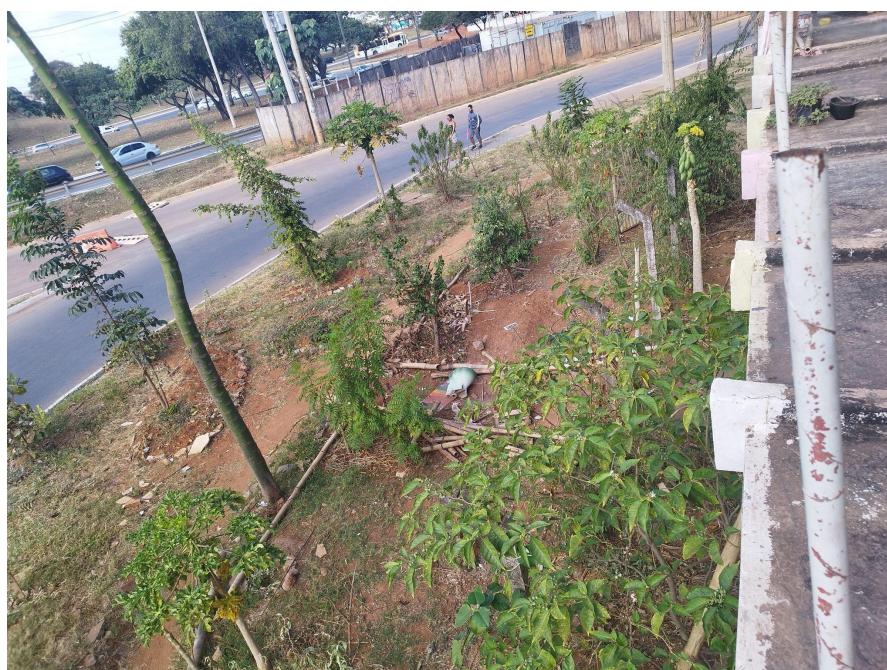
O edifício em questão (Figura 1) se trata de um prédio público, pertencente à União, mas que se encontra sob a administração da Polícia Militar do Distrito Federal após a concessão federal para sua utilização pelo Governo do Distrito Federal (GDF). Porém, a sua história é mais antiga, sendo um local construído há mais de 50 anos e já tendo sido utilizado como tribunal, como uma rádio e, também, como uma boate (informação verbal). Segundo os entrevistados Beto e Capitão, o

fato de o edifício não ser privado, além de estar abandonado há anos, facilitou relativamente todo o processo de ocupação:

E a gente aqui fez essa ação direta, de ver um lugar que estava inutilizado, e organizou um grupo que estava necessitado e fez a ação direta de reivindicar um direito. Porque o que a gente faz aqui é simplesmente reivindicar o artigo quinto da constituição, que é o direito ao lazer, moradia, educação, cultura, saúde. A gente pagou pra construir esse prédio, um prédio público, nada mais justo que a gente utilize ele se ninguém está utilizando (informação verbal).

Assim, o processo de ocupação foi iniciado com a contribuição financeira dos membros envolvidos e, munidos do projeto político do coletivo impresso (que era distribuído à vizinhança para fins informativos), eles se reuniram próximo ao prédio e garantiram a presença de uma caçamba para a remoção de entulhos. Os primeiros meses foram marcados pela restauração e construção das estruturas do edifício, que estava em péssimas condições. O processo de limpeza e reconstrução foi gradual, indo de piso em piso, e aos poucos eles reverteram o estado de abandono, restabelecendo a infraestrutura básica, como eletricidade e encanamento. Paralelamente, já se iniciava o projeto da horta e da agrofloresta (Figura 2), demonstrando o comprometimento do coletivo não apenas com o espaço físico, mas também com práticas sustentáveis e ecológicas dentro do cenário urbano (informação verbal).

Figura 2 - Horta comunitária



Fonte: Aatoria própria (2023)

O diálogo com o governo foi uma constante ao longo desses anos de ocupação, mas nem sempre amistosos. No primeiro dia de ocupação, segundo Capitão, policiais foram até o prédio a fins investigativos e agiram de maneira truculenta, conduta que perdurou nos primeiros meses. Para além das ameaças de agressão e da constante vigilância, o local era frequentemente invadido pelas forças de segurança quando ocorria algum crime na região, partindo do estigma atrelado às pessoas que vivem em ocupações, as quais são constantemente consideradas suspeitas. Porém, com o passar do tempo, à medida em que o coletivo explicava seu projeto buscando legitimar sua presença, as visitas da PM se tornaram mais escassas. Além disso, a colaboração com a secretaria de cultura e o governo local foi estabelecida, enfatizando a intenção do coletivo em manter um diálogo construtivo com o GDF (informação verbal).

A sua relação com a vizinhança também passou por certa desconfiança, tendo sido marcada inicialmente por alguns episódios de perseguição e preconceito para com a ocupação e os artistas/militantes, apesar de também receberem apoio de certas pessoas que trabalhavam perto do local. Segundo Capitão, o período de forte polarização política que marcava o ano em que a ocupação se iniciou também refletia em certo receio e repulsa que pessoas ligadas à direita e ao bolsonarismo tinham em relação ao coletivo (informação verbal). Porém, após alguns meses essa relação se estabilizou, e hoje é comum ver pessoas que moram, trabalham ou se hospedam nos hotéis próximos à ocupação frequentarem as atividades realizadas no local, assim como fazerem uso da horta comunitária.

## **4.2 PRINCÍPIOS, ORGANIZAÇÃO E ATIVIDADES**

A ocupação busca proporcionar um ambiente para artistas, viajantes e pessoas sem moradia, com a intenção de formar um espaço de acolhimento e desenvolver uma comunidade diversificada e internacional, orientada sobretudo pela arte, pela sustentabilidade e pelo apoio mútuo. A ideia de sua criação partiu de um diagnóstico e do interesse coletivo em solucionar problemas que o ambiente urbano capitalista, marcado pela mercantilização dos ambientes da cidade, tende a originar:

a existência de pessoas sem acesso à moradia, a falta de ambientes artísticos e culturais economicamente acessíveis e a ausência de parques e áreas verdes, especialmente nas regiões periféricas. Esses princípios se expressam não só na própria organização interna do coletivo RIA, mas também nas suas atividades abertas e na sua forma de se relacionar com a vizinhança, transformando o ambiente urbano à sua volta.

Internamente, o coletivo se organiza de maneira autônoma e horizontal, dividindo rotativamente as tarefas (Figura 3) e deliberando suas decisões a partir de reuniões semanais, que são destinadas a resolver questões como a manutenção estrutural e financeira da ocupação, o convívio dos artistas e militantes (divisão de tarefas, alinhamentos etc) e os projetos e atividades voltados para a comunidade externa. Apesar do coletivo tentar recorrer a editais governamentais, voltados principalmente ao apoio à cultura, a maior parte das finanças obtidas é angariada por meio da arrecadação coletiva dos próprios artistas, que contribuem semanalmente com o próprio dinheiro ou participam do chamado “farol coletivo”<sup>9</sup>.

Importante ressaltar, também, que o coletivo fornece abrigo para pessoas que necessitam de um local temporariamente, e caso alguém queira integrar a ocupação definitivamente, é necessário que haja uma reunião do coletivo e que ela possa contribuir com a manutenção do local e o desenvolvimento do projeto (informação verbal). Nesse sentido, é possível estabelecer um paralelo com o pensamento desenvolvido por Harvey (2014, p. 139-140) de que até os ambientes pautados pelo “comum” podem conter medidas de “cercamento”, como uma forma de assegurar sua própria existência.

---

<sup>9</sup> O “farol coletivo” é uma prática que ocorre toda semana, na qual os artistas vão juntos a um sinal de trânsito para realizar apresentações artísticas e arrecadar dinheiro, além de disseminar a existência da ocupação RIA.



Figura 3 - Quadro de tarefas

	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
Almoço	USO	USO	USO	USO	USO	USO	USO
Janta	USO	USO	USO	USO	USO	USO	USO
Sulão	USO	USO	USO	USO	USO	USO	USO
Café da Manhã e Salada	USO	USO	USO	USO	USO	USO	USO
Banheiro	USO	USO	USO	USO	USO	USO	USO
Sala de Jantar	USO	USO	USO	USO	USO	USO	USO
Reciclar	USO	USO	USO	USO	USO	USO	USO
Lavar Roupas	USO	USO	USO	USO	USO	USO	USO

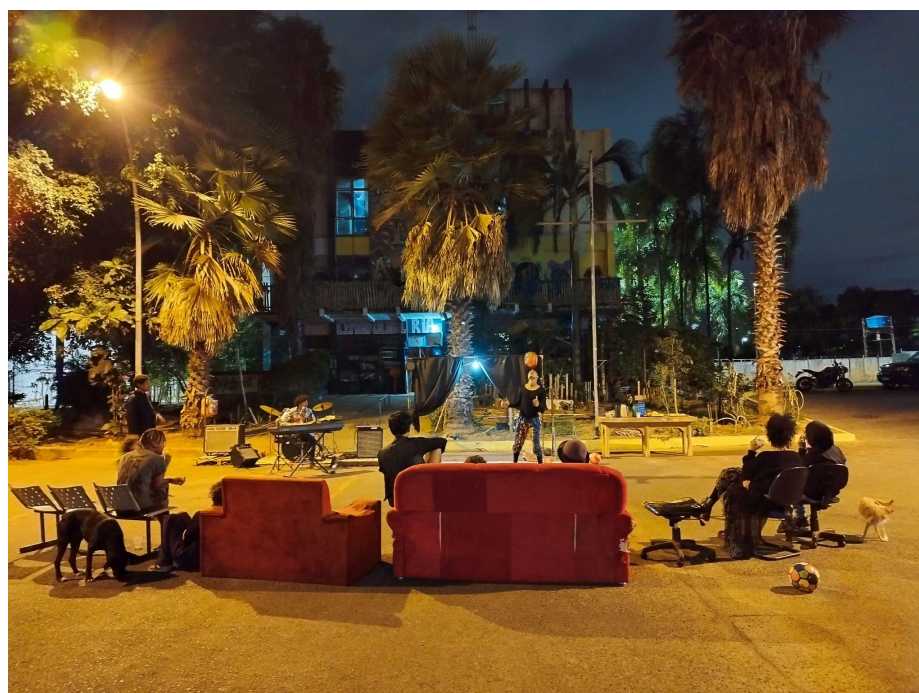
Fonte: Autoria própria (2023)

O coletivo RIA também integra outras redes de ocupações como a Rede Anarcopunk Okupa y Resiste (RAOR) e a Rede de Ocupações Culturais do DF e Entorno (REOCUPA). A primeira, consiste numa rede de apoio formada por ocupações anarcopunks do Brasil e da América Latina, as quais estão inseridas no conhecido movimento “Okupa”, que consiste na prática de ocupar territórios e imóveis ociosos com o intuito de desenvolver ambientes libertários, construindo de forma autônoma e cotidiana uma crítica ao capitalismo e à mercantilização do espaço (AHUMADA, 2014). Já a REOCUPA, se trata de uma rede local de apoio mútuo entre as ocupações do DF, e é formada não só pelas próprias ocupações, mas também por arquitetos e advogados que auxiliam principalmente nas questões jurídicas que envolvem esses coletivos. Segundo Capitão:

“Se qualquer coisa acontecer a gente aciona a rede, e essa rede vai acionar todas as ocupações, todos os outros movimentos, para fazer uma pressão, da mesma forma que a gente também vai agir em comunidade se outras ocupações que acompanham essa rede estiverem ameaçadas. A RAOR é uma rede que é importante no sentido nacional e internacional de organização, dentro do movimento anarcopunk e dentro do anarquismo, e a REOCUPA já é uma rede mais local, que é mais para a gente se proteger aqui dentro da política regional, no DF, e saber que a gente precisa estar em rede aqui. (...) A gente tem que estar protegido e ter redes de apoio, porque só assim os movimentos sociais sobrevivem, através de redes de apoio.” (informação verbal).

A ocupação em questão se destaca por suas diversas atividades externas que abrangem uma ampla gama de interesses culturais e sociais. Desde apresentações circenses e musicais, também conhecidas como “*variétés*” (Figura 4), até debates e palestras políticas, sessões de cinema e aulas interativas de malabares e instrumentos musicais, essa ocupação oferece um cenário verdadeiramente diversificado de experiências. O que torna essas atividades ainda mais notáveis é o fato de serem totalmente gratuitas e abertas a qualquer indivíduo interessado, refletindo um compromisso genuíno com a construção de uma comunidade inclusiva e democrática na cidade. Ao proporcionar um espaço onde pessoas de diferentes origens e interesses podem se reunir e participar ativamente, essa ocupação não apenas enriquece a vida cultural da cidade, mas também reforça os ideais de acessibilidade e participação igualitária.

Figura 4 - Variété no estacionamento público em frente à ocupação



Fonte: Autoria própria (2023)

### 4.3 DESDOBRAMENTOS

Assim, evidencia-se que o centro cultural RIA é capaz de promover uma perspectiva distinta sobre o uso e a ocupação do espaço urbano a partir de sua

própria forma de se organizar e, também, das atividades que são promovidas e das relações criadas com as pessoas e o ambiente à sua volta. Entendendo que a falta de acesso à cultura, ao lazer e aos parques e zonas verdes está diretamente relacionada com a forma como as cidades são planejadas, geridas e construídas, o coletivo propõe a construção de um espaço de resistência, tanto à mercantilização dos espaços quanto à burocratização deles. Assim como os movimentos sociais que carregam a pauta do “comum” em suas demandas e projetos (KIP, 2015; TONUCCI FILHO, 2020), a ocupação RIA se orienta sobretudo pela autogestão do espaço, já que para eles “a gente botou uma engrenagem para girar, mas quem vai continuar girando ela são as pessoas que passam por aqui, e que acreditam no espaço, e que acreditam que ele pode ser um espaço de resistência” (informação verbal).

A partir da prática cotidiana característica da própria noção de “fazer comum” (SILVEIRA; SAVAZONI, 2018), os artistas e militantes que constroem a ocupação atuam diretamente no contexto urbano que os cerca, construindo relações sociais que se materializam no próprio espaço físico. O modo como as tarefas são divididas, as atividades que são promovidas e os próprios bens que são produzidos (como os alimentos e as plantas medicinais da horta comunitária), são reflexo dos ideais defendidos pelo movimento em questão, que por meio da ação direta desenvolve diariamente um ambiente libertário e anticapitalista. Dessa forma, não só a materialidade é transformada, mas também a própria questão da imaginação política é influenciada. Para o artista Beto, “a anarquia deixa de ser uma utopia aqui dentro. Você vê as pessoas dando um jeito para isso funcionar. E acho que também marca mais a juventude, sobretudo.” (informação verbal).

A partir do pensamento de Lefebvre (2001), é possível dizer que a ocupação RIA promove o direito à cidade não só por garantir o acesso das pessoas a um ambiente de cultura, de lazer e de ecologia no contexto urbano, mas também por fazer isso de forma autônoma e direta, de modo que os próprios indivíduos que vivem e transitam pela cidade decidem coletivamente sobre o uso e a gestão do espaço. A ausência de mediações, estatal ou privada, na formulação e na atuação diária da ocupação está relacionada com a ideia de promover um local radicalmente democrático, que seja livre das limitações normalmente impostas à cidade no contexto capitalista.

Nesse caso, assim como apontado por Dardot e Laval (2015), o “comum” se apresenta como uma alternativa disruptiva à racionalidade neoliberal à medida em que a lógica hegemônica de utilização do espaço enquanto meio de produção de valor e concentração de riquezas é substituída por práticas comunitárias e autônomas. O coletivo RIA cumpre um importante papel social não só garantindo o acesso à cultura ou à moradia, mas também ao evidenciar que a cidade em si é uma construção coletiva, um “bem comum” a ser disputado, revertendo o processo de alienação indicado por Lefebvre (2001). Não se trata apenas de garantias materiais, mas também de produzir outras subjetividades, para além da competitividade e do individualismo intrínsecos à lógica neoliberal.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Partindo da compreensão de que o espaço físico não só materializa as relações de poder e hierarquias como apontado por Bourdieu (1997), mas também é uma ferramenta de reprodução dos interesses econômicos e políticos, esse trabalho buscou compreender o papel do centro cultural RIA nessa disputa pela gestão e significação do espaço urbano. Se a partir da modernidade a cidade passou a ser um ambiente de produção de valor e de dominação, ocasionando efeitos perversos como a segregação socioespacial e a marginalização de determinados grupos sociais (HARVEY, 2014; LEFEBVRE, 2001), os artistas e militantes da ocupação subvertem essa lógica construindo um local de resistência à mercantilização e aos “cercamentos” no contexto urbano.

Através da prática da autogestão, a comunidade da ocupação RIA demonstrou a possibilidade de criar um ambiente radicalmente democrático e culturalmente rico, onde o acesso à cultura e a ecologia convergem harmoniosamente. Ao desafiar as noções tradicionais de propriedade e espaço público, a RIA reivindica não apenas o direito de acesso à cidade, mas também o direito de coletivamente dar forma à cidade de acordo com as necessidades e aspirações dos cidadãos.

A produção desse espaço comunitário nos faz refletir sobre a natureza do “direito à cidade” e do “comum urbano”. Enquanto as forças do mercado tendem a transformar cada centímetro de terra em uma mercadoria, a RIA nos mostra que o

espaço urbano pode ser compartilhado, cuidado e gerenciado pelos próprios habitantes. Entende-se que tanto o conceito de “direito à cidade”, na perspectiva lefebvriana, quanto o de “comum urbano” reforçam a ideia de que o espaço não deve ser privatizado e monetizado, mas sim mantido como um recurso coletivo, onde o acesso à cultura, à natureza e ao convívio social são fundamentais.

No entanto, é crucial observar que a trajetória da ocupação RIA não foi isenta de desafios. A resistência à mercantilização enfrentada pela comunidade RIA não apenas destaca o poder das corporações e interesses imobiliários, mas também revela as deficiências do sistema político e legal em reconhecer e proteger os direitos dos cidadãos à cidade. As ameaças contínuas de despejo e os embates legais destacam a necessidade de uma revisão profunda das políticas urbanas, a fim de garantir que os espaços autogestionados e culturalmente ricos, como a RIA, possam prosperar sem o medo constante da desapropriação.

Em suma, a ocupação RIA ilustra a capacidade de resistência das comunidades urbanas à lógica mercadológica que muitas vezes subjuga os princípios de justiça, igualdade e acesso ao espaço. Ao redefinir o espaço urbano como um comum a ser compartilhado e apreciado, a RIA nos lembra da importância de se reconectar com as raízes culturais e ecológicas das cidades. O desafio agora é transformar essas lições em ações concretas, reivindicando um espaço urbano mais inclusivo e autêntico, que priorize as pessoas sobre os lucros e o bem-estar coletivo sobre a mercantilização desenfreada.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. **Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula.** Dados, v. 57, p. 325-357, 2014.

AHUMADA, Cristian A. Venegas. **El movimiento okupa: resistencia contra el capitalismo.** Perspectivas de la Comunicación, v. 7, n. 1, p. 97-131, 2014.

ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência.** Boitempo Editorial, 2015.

BETO. **Entrevista 02 com participante da ocupação RIA**. Entrevistador: João Lucas Machado Campos. Brasília, julho de 2023. A entrevista na íntegra está localizada no Apêndice D desta monografia.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos do Lugar. In: BOURDIEU, P. (Coord.). **A Miséria do Mundo** Petrópolis: Vozes, 1997. p. 159-166.

CALDAS, Lara. **Desdemocratização no Brasil: Evidências a partir das políticas urbanas federais**. Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política, v. 31, n. 2, p. 86-105, 2022.

CAPITÃO. **Entrevista 01 com participante da ocupação RIA**. Entrevistador: João Lucas Machado Campos. Brasília, julho de 2023. A entrevista na íntegra está localizada no Apêndice C desta monografia.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direito à cidade”**. Revista Direito e Práxis, v. 11, p. 349-369, 2020.

DERNTL, Maria Fernanda. **Além do Plano. A concepção das cidades-satélites de Brasília**. Arquitectos, São Paulo, ano 19, n. 221.03, Vitruvius, out. 2018 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/19.221/7150>>.

FEDERICI, Silvia. Feminism and the politics of the commons. In: **Uses of a WorldWind, Movement, Movements, and Contemporary Radical Currents in the United States**, edited by Craig Hughes, Stevie Peace and Kevin Van Meter for the Team Colors Collective, Oakland: AK Press, 2010.

FOSTER, Sheila R.; IAIONE, Christian. **The city as a commons**. Yale L. & Pol'y Rev., v. 34, p. 281, 2015.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Editora, 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Commonwealth**. Harvard University Press, 2011.

KIP, M. Moving beyond the city: conceptualizing urban commons from a critical urban studies perspective. In: DELLENBAUGH, M.; KIP, M.; BIENIO K, M.; MULLER, A. K.; SCHWEGMANN, M. (eds.). **Urban commons: moving beyond state and market**. Basel: Birkhäuser Verlag GmbH, 2015.

LEFEBVRE, Henri et al. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. KarlMarx e Friedrich Engels – Feuerbach e História.

MÓNICO, Lisete et al. **A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa**. CIAIQ 2017, v. 3, 2017.

ROLNIK, Raquel. **A guerra dos lugares**. São Paulo: Boitempo, 2019.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **Urban common space, heterotopia and the right to the city: reflections on the ideas of Henri Lefebvre and David Harvey**. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 6, n. 2, p. 146–157, maio 2014.

SILVEIRA, Sergio Amadeu; SAVAZONI, Rodrigo. **O conceito do comum: apartamentos introdutórios**. Liinc em Revista, v. 14, n. 1, 2018.

TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido. **Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo**. Opinião pública, v. 18, p. 399-426, 2012.

TAVOLARI, Bianca. **Direito à cidade: uma trajetória conceitual**. Novos estudos CEBRAP, v. 35, p. 93-109, 2016.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. **Comum urbano: a cidade além do público e do privado**. 2017.

\_\_\_\_\_. **Do direito à cidade ao comum urbano: contribuições para uma abordagem lefebvriana**. Revista Direito e Praxis, vol.11, núm. 1, 2020, Janeiro-Março. Universidade do Estado do Rio de Janeiro

TRINDADE, Thiago Aparecido. **"Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade."** Lua Nova: Revista de Cultura e Política (2012): 139-165.

\_\_\_\_\_. **Ampliando o debate sobre a participação política e a construção democrática= o movimento de moradia e as ocupações de imóveis ociosos no centro da cidade de São Paulo**. 2014. Tese de Doutorado. [sn].

VILLAÇA, Flávio. **São Paulo: segregação urbana e desigualdade**. Estudos avançados, v. 25, p. 37-58, 2011.

YIN, Robert K. 2005. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Porto Alegre, Bookman, cap. 1.

ZAMORA, Maria Helena. 2021. “Apurando a escuta: uma introdução à técnica de entrevistas”, em: Siqueira, Isabel e Ana Carolina Lacerda (orgs.), **Metodologia e Relações Internacionais: debates contemporâneos**, vol. III, PUC-RJ, cap. 4.



## **APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS**

### **Entrevista semiestruturada para moradores/militantes da ocupação RIA**

- Como a ocupação surgiu? Qual é o histórico do ambiente ocupado?
- Existe alguma estrutura de organização da ocupação? Se sim, como ela está estruturada.
- Como funciona o processo de tomada de decisões relacionadas à ocupação?
- São aceitas novas pessoas que queiram se juntar à ocupação? Se sim, como se dá esse processo?
- Como você descreveria a dinâmica diária da vida na ocupação urbana em que você vive? Quais são os principais desafios que você enfrenta?
- Como a ocupação urbana em que você vive se relaciona com o entorno urbano mais amplo? Existem conflitos com outras comunidades ou instituições? Quais são as formas de diálogo ou negociação utilizadas para resolver esses conflitos?
- Quais são as principais atividades econômicas realizadas na ocupação urbana? Como a comunidade se sustenta? Como é dividido o que é produzido?
- Qual é a relação da ocupação urbana com o poder público? (Caso o espaço seja privado, como é a relação com o proprietário?)
- Qual é a sua visão sobre a cidade e o espaço urbano? Qual seria o seu modelo de cidade ideal?
- Quais os impactos que você percebe que a ocupação RIA gera na cidade?

## **APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO PARA AS ENTREVISTAS**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Concordo em participar, como voluntário, do estudo de conclusão de curso que tem como pesquisador responsável o aluno de graduação João Lucas Machado Campos, sob orientação do professor Thiago Aparecido Trindade, no curso de Ciência Política da Universidade de Brasília.

O objetivo é adquirir conhecimento sobre a atuação, organização e propostas da ocupação estudada. Tenho ciência de que o estudo envolve entrevistas semiestruturadas, visando a realização de uma monografia. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita, podendo ser utilizada para a elaboração de vídeos e materiais escritos. Estes materiais serão usados apenas para fins de ensino.

Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica e que será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

---

Assinatura

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

## APÊNDICE C - ENTREVISTA 01 COM PARTICIPANTE DA OCUPAÇÃO RIA

**Entrevistado(a):** Capitão\*, artista e militante do centro cultural RIA.

*\* nome fictício a fim de garantir o anonimato do(a) entrevistado(a)*

**Entrevistador:** João Lucas Machado Campos.

**Data de realização da entrevista:** julho de 2023.

**Transcrição:**

O Coletivo RIA foi fundado em 2020, no meio da pandemia. Ele começou através de movimentações no Mercado Sul. A gente se reunia lá para fazer recicle na feira da quarta-feira e sempre comparecia uma galera que é da arte de rua, malabarista, etc, e a gente ficava ou treinando malabares ou fazendo esse recicle. Em certo momento a gente veio fazer um treino aqui perto desse prédio, nesse gramado que tem aqui. E treinando lá a gente conversou e falou “tem um prédio aqui perto abandonado e a gente poderia fazer uma ocupação, bora lá dar uma olhada”. Então a gente veio aqui e viu que dava pra ocupar, porque tava abandonado mesmo. Só tinha um fluxo de morador de rua que não morava aqui, que só vinha pra usar droga ou esconder alguma coisa de roupa. E então nós começamos a nos organizar para criar o coletivo mesmo.

A gente pensou que poderia ocupar de várias formas diferentes. Poderia só chegar e ocupar, mas a gente achou que o melhor jeito seria ocupar com o projeto artístico cultural, que nos desse o respaldo pra poder tá utilizando o prédio. A gente precisava do prédio pra fazer uma moradia, só que a gente não queria só fazer uma moradia e só ficar usando o prédio nesse sentido. E aí a gente fez algumas reuniões e criou o Coletivo RIA, para que suprisse essa demanda de ter o projeto do Centro Cultural RIA. Ele seria um centro cultural, educativo, ecológico, autogestivo e que pregasse sobre a permacultura, a agroecologia e o anarquismo. Também seria uma casa de abrigo pra galera artista, malabarista, punk, viajeira, de modo que servisse como uma comunidade internacional.

No primeiro momento a gente juntou uma grana entre todo mundo que fazia parte do rolê, e decidiu que ia começar numa segunda-feira, meio-dia . Aí nesse dia a gente se encontrou aqui com o projeto na mão, impresso, e chamou uma empresa para deixar uma caçamba no mesmo dia . E aí a gente contou bastante com a ajuda de um artista de circo que é da Argentina mas mora aqui em Taguatinga há muito tempo, que é o Z. Ele é um mecânico de motos, mora ali embaixo, e emprestou várias ferramentas pra gente no primeiro momento porque a gente não tinha nada. Muita gente que começou a ocupação estava morando na rua, só tinha a própria mochila e os malabares. De 15 pessoas, 13 eram viajantes que estavam na rua. Nesse primeiro dia a gente foi limpando de cima pra baixo, jogando toda a sujeira de cima pra baixo. Limpou o primeiro e o último andar, onde a gente ia passar a primeira noite. Aí na primeira noite a gente improvisou uma porta e a gente teve a visita da polícia de uma maneira meio truculenta. Mas a gente dialogou sobre o

projeto, e meio que conseguiu convencer eles a irem embora na primeira noite. Depois eles continuaram visitando ao longo dos meses sempre querendo saber o que que a gente estava fazendo, tirando foto, meio que fazendo um dossiê do que a gente estava fazendo. Isso a polícia administrativa da PM que era quem tinha a jurisdição antes sobre o prédio. E foi o único órgão oficial do governo que veio aqui oficialmente. A gente iniciou o diálogo proativamente com a secretaria de cultura e mantém esse diálogo hoje em dia com o GDF. A gente mantém esse diálogo sempre aberto, a nossa intenção sempre foi manter o diálogo da melhor forma possível.

Nos primeiros meses a gente foi trabalhando mais essa questão de limpar e construir a estrutura do prédio, porque estava tudo destruído. Tudo tinha sido furtado, a rede elétrica, hidráulica, os canos... E aí a gente foi indo um piso por cada vez. A gente começou lá em cima, no último piso, e foi descendo, arrumando a água e a energia. Acho que, pra ficar minimamente habitável demorou uns seis meses. A gente andava, tinha lixo, até acima do joelho... Foi uma luta mesmo. No sexto mês, eu acho que a gente já tinha alugado umas quinze caçambas de entulho. A gente teve que tirar todos esses gessos que tinha no teto, porque tava tudo caindo, aí, a gente já tirou tudo logo pra não cair na cabeça de ninguém. E nos primeiros meses a gente já começou o projeto da horta e da agrofloresta.

E aí a forma de organização de todo esse período foi sempre autogestão, a arrecadação comunitária entre todo mundo, a arrecadação no farol, as doações... A gente conseguiu um edital público, uma vez. Que foi o Edital da Lei Aldir Blanc. E com esse edital a gente equipou bastante o prédio e comprou uns equipamentos. Mas o “mais grosso” mesmo do que a gente sobrevive é através da autogestão. A gente tem uma planilha de gastos, já gastamos muito mais do que a gente ganhou do governo. Mas, de qualquer forma, a gente acredita que esse dinheiro dos financiamentos públicos também são necessários aqui dentro, a gente continua correndo atrás.

A polícia veio mais no primeiro ano, eles vieram quase todo sábado à noite, sexta e sábado à noite. Vinham dois policiais, ficar vendo o que estava rolando e tal. E eles sempre ficavam de olho nos carros que tinham parado ali na frente, eles pegavam a placa do carro, investigavam, viam se tinha alguém com o carro roubado, alguma coisa assim. Aí depois desse primeiro ano, meio que eles pararam de vir, esses policiais administrativos. Eles viram que o projeto estava indo bem e tinha uma pegada massa. Teve uma época que a gente estava fazendo as batalhas de rap e na primeira, na segunda ou na terceira edição tinha uns “mano” ali na pista, aí passaram duas viaturas do Batalhão de Cães. Pronto, pararam, desceram com os cachorros e invadiram o prédio por baixo aqui. Aí, já renderam todo mundo, foram até lá em cima, em todos os quartos de todo mundo, com cachorros, e ainda ameaçando os nossos cachorros, falando que ia matar nossos cachorros, porque os cachorros ficavam em cima dos cachorros deles. E no começo da ocupação, os “bichos” não conseguiam entender que a gente não era bandido. Eles achavam, por conta do preconceito, que todos os lugares marginalizados são lugares onde acontecem crimes, e onde as pessoas praticam crimes, e esse lugar seria necessariamente criminoso. E aí, aconteceu uma série de violências. Havia crimes aqui na redondeza, eles vinham procurar as pessoas aqui dentro. E aí vieram várias

vezes. Teve uma vez que eles vieram, já pegaram o portão aberto e foram entrando, era de manhã, 9h da manhã, só lembro que eu acordei da cama, já tinha um policial com uma pistola apontada e perguntando de um “cara de camisa verde”. E criança chorando e tal... E aí, em algum momento, eu pergunto a eles “mas vocês não têm que ter mandato para entrar dentro de um domicílio, aqui é um domicílio, um lugar onde as pessoas moram, uma casa” e eles “não, isso aqui é uma invasão, vocês não têm direito nenhum sobre isso aqui não, a gente pode entrar a hora que a gente quiser”. Esse evento aconteceu mais ou menos quando a gente estava com um ano e meio de ocupação. A gente teve uma visita esses dias, na verdade. Roubaram a mangueira de bombeiros do túnel, inauguraram o túnel, esses dias, aí roubaram a mangueira de bombeiros. Onde é que a PM foi procurar? Vieram umas oito motos, pararam aqui na frente e falaram “a gente tem que olhar aí dentro, é melhor vocês deixarem a gente olhar, porque aí não gera suspeita”. Os policiais vieram, andaram aqui tudo e foram embora.

Nesse sentido de processo judicial, não tem nenhum. Esse prédio é propriedade da União e foi cedido pro GDF, para a PM. Aqui já foi um tribunal de justiça do trabalho, e já foi uma base da Rotam, da PM, e também, antes disso, era uma rádio e uma boate. É um dos prédios mais antigos aqui de Taguatinga, deve ter mais de 40 anos, 50 anos. Todos os primeiros foram construídos aqui nesse setor hoteleiro e que também era setor de diversões, tinha várias boates ali, pra baixo. E aí foi morrendo todo esse rolê de diversões. Aqui em volta tem vários prédios abandonados. Taguatinga, em geral, é uma cidade em expansão, que tem muitos prédios abandonados, e é visível que faltam programas para destinar esses lugares para moradia. Porque o tanto de morador de rua que tem aqui em Taguatinga, é cabuloso, mano... e vários na Ceilândia e no DF inteiro. E a gente aqui fez esse rolê da ação direta, de ver um lugar que estava inutilizado e organizou um grupo que tava necessitado e fez a ação direta de reivindicar um direito. Porque o que a gente faz aqui é simplesmente reivindicar o artigo quinto da constituição, que é o direito a lazer, moradia, educação, cultura, saúde. A gente pagou pra construir esse prédio, um prédio público, nada mais justo que a gente utilize ele se ninguém está utilizando. Eu acredito e tenho esperança também que nesses quatro anos a gente encontre um caminho de tentar regularizar um pouco mais esse processo, para não ficar tão dependente do governo do DF. Aproveitar aqui o prédio da União, e tentar dialogar direto com o Ministério da Cultura para transformar aqui em ponto de cultura permanente, e que seja uma casa de acolhimento também permanente, e que ganhe verba para reformar. De forma que a gente consiga continuar gerindo um espaço autônomo, mas só que com fomento.

A relação com a vizinhança, que acho que tem tem altos e baixos. A gente começou no início da pandemia, no governo Bolsonaro, no Brasil super polarizado, e dava pra “sentir no ar” o ódio das pessoas com relação a vários temas. E quando você analisa o tema de artista de rua e imigrantes latino americanos, sempre é mal visto, principalmente por essa galera bolsonarista. E aqui em volta tem uma galera significativa que é desse movimento, que nunca foi a favor da gente, que tentou criar vários problemas. Só que desde o primeiro dia, a gente chegou já com um projeto

impresso, e saiu distribuindo aqui pra todo mundo que a gente via. Nesse primeiro dia a gente fez várias alianças que foram massas, tinha um estúdio de tatuagem aqui pegou água e energia, eles vieram e gostaram da ideia de fazer o estúdio de tatuagem aqui, doaram a maca, doaram os materiais para começar. E também tem o cara que é como se fosse o prefeito da quadra aqui, todo mundo chega nele pra falar alguma coisa, aí a galera chegava nele pra reclamar da gente, e ele “não, mas a galera lá é de boa, porque eu já fui lá, eu entro lá, converso com a galera, vocês deveriam fazer isso também, entrar lá”. Porque para a galera da vizinhança começar a entrar aqui demorou quase dois anos... para a galera quebrar o preconceito inicial, de falar que só tem vagabundo aqui dentro. Também pela forma como a gente andava, tudo o que a gente representava, que é arte de rua, e a forma como a gente entrou também, que foi de uma forma bem improvisada. Eu acho que se a gente tivesse chegado aqui com todos os recursos do governo, botado um monte de tapume falando “estamos em obras” seria diferente. Só que a gente já chegou limpando e morando, ao mesmo tempo, e aí a galera demorou para começar a enxergar um lugar aqui. Hoje em dia muita gente da comunidade entra aqui, nas festas mesmo vem muita gente, só que no começo não era não. Particularmente o pessoal desse hotel aqui do lado, nos primeiros meses, chamou a polícia várias vezes. Mas depois, esse hotel parou, porque a gente começou a se relacionar com os clientes do hotel, fazendo as “variétés”, fazendo as atividades ali fora de música, ensaio, atividades de circo, treino, e aí começavam a vir vários clientes do hotel para conhecer. Muita gente vinha pra cá, achava massa, e voltava lá no hotel e falava para a galera da recepção, falando que tinha gente de uma vivência massa aqui. É essa relação, a gente sempre tentando quebrar o gelo, fazendo atividades aqui fora, e tentando envolver a comunidade.

Tem esse lance da horta, que eu acho que é fundamental. A gente sempre planta ervas medicinais, boldo, arruda algodão, e tem uma galera, principalmente uns velhinhos, que vêm aqui e chama a gente pra pedir as ervas. E essa relação da gente meio que forçar a ter um núcleo de natureza no centro de Taguatinga eu acho que instiga as pessoas a olhar a gente com outros olhos, meio que quebra o gelo também, acessa as pessoas por outro rolê, que é o rolê da ancestralidade, do contato com a terra. Porque a gente tá aqui no meio da cidade, mas eu sinto que muitas pessoas sentem falta disso, de poder ter um lugar, que sabe que tem um jardim medicinal. Principalmente a galera mais velha que ainda tá conectada com isso, passa mal, desce do apartamento e vem aqui pegar uma folha de boldo. Eu acho que essa relação é uma coisa positiva da nossa permanência aqui, acho que no futuro vai ser bem maior, e a ideia é ficar aqui uns 10 anos, e que isso seja também um exemplo de como uma ocupação pode transformar um espaço público em uma referência no sentido agroecológico urbano, de agricultura urbana. Porque a cidade é muito mal planejada, não precisa ser dessa forma, só concreto. Isso é só na periferia, na verdade, que é uma arquitetura fria e vazia, sem árvores. Se você vai no centro, todos os centros urbanos, no Plano Piloto, no centro de São Paulo, no centro do Rio de Janeiro, é tudo super arborizado, as árvores bonitinhas, o rolê super bem investido. Aqui na periferia esse trabalho fica para nós, de resgatar e

arborizar, tornar novamente um lugar habitável, na natureza. Porque a natureza é qualidade de vida, sem ela, a gente fica desconectado de muita coisa.

Parece que é o plano do sistema: ter os pobres num reservatório, que é a periferia, eles não podem ter acesso a muitas coisas, não podem ter acesso à natureza, a cultura, a educação, nada, só vai lá, dorme, descansa e volta para trabalhar no centro. Porque é como se o centro da vida sempre fosse lá onde os ricos estão, e por isso lá é sempre o lugar mais bonito. E fica aí o nosso papel, de fazer essas ações diretas em outros lugares. Esse lugar meio que é um ponto fora da curva, porque a gente pegou um prédio abandonado e colocou várias características dentro dele, que não tem nada a ver com o centro de Taguatinga, nem com o Taguatinga. São pessoas pretas, marginalizadas, latina-americanas, artistas, imigrantes que moravam na rua e estavam vivendo outros contextos. A gente tá inserido aqui nesse contexto, de playboy. Também é uma resistência, criar um espaço aqui no centro, que outras pessoas possam se sentir confortáveis de chegar. Se você for ver aqui em Taguatinga, só tem um lugar para os playboys chegarem. Tirando aqui o Mercado Sul e alguns outros lugares, é muito difícil ter um lugar que seja aberto e que tenha tanta liberdade de executar as coisas como a gente tenta dar. Porque é um projeto de centro cultural, de ter vários espaços abertos, e que as pessoas autogestionem ele. A gente botou uma engrenagem para girar, mas quem vai continuar girando ela são as pessoas que passam por aqui, e que acreditam no espaço, e que acreditam que ele pode ser um espaço de resistência, acho que é mais ou menos essa a ideia.

Aqui na ocupação a gente se organiza em algumas redes, que é uma coisa importante. Uma é a RAOR, que é a Rede Anarcopunk Okupa y Resiste, que é uma rede que resiste aqui no Brasil e na América Latina, que reúne várias ocupações anarcopunks, e que tá toda a galera que segue acreditando na ocupação. Porque a Okupa, na América Latina e no Brasil, foi um movimento nos anos 2000, que bombou, meio que decaiu depois de 2010, e voltou um pouco durante a pandemia. E tem essas ocupações que fazem parte dessa rede, e a gente tem um caixa que roda todas as ocupações, e ele sempre é direcionado a quem mais precisa, por exemplo, se acontece uma catástrofe. As ocupações precisam de algum recurso, de infraestrutura e de gente, e a ideia é que sempre rola umas rifas, a gente ajuda a fortalecer nas rifas, vende materiais, CD, as zines, e é assim que forma esse caixa dessa rede. E tem a outra rede que é a REOCUPA, que é a rede de ocupações culturais do DF, que já é uma rede que nasceu aqui, entre a RIA e o Mercado Sul, com a gente se articulando. A gente pensou em criar uma rede local, que reunisse todas as ocupações, porque sempre ficava nessa, a gente se fala, sabendo que tem várias ocupações, mas ainda sem saber quais são. Essa rede é uma rede mais institucional, mais burocrática. Entrou uma galera que é arquiteta, advogada etc, e foi uma parada muito massa, porque deu essa segurança jurídica para a gente hoje em dia. Se qualquer coisa acontecer a gente aciona a rede, e essa rede vai acionar todas as ocupações, todos os outros movimentos, para fazer uma pressão, da mesma forma que a gente também vai agir em comunidade se outras ocupações que acompanham essa rede estiverem ameaçadas. A RAOR é uma rede que é

importante no sentido nacional e internacional de organização, dentro do movimento anarcopunk e dentro do anarquismo, e a REOCUPA já é uma rede mais local, que é mais para a gente se proteger aqui dentro da política regional, no DF, e saber que a gente precisa estar em rede aqui.

O nosso intuito, nesse sentido, é que o governo saiba que todas as ocupações estão interligadas, não são só um movimento que é fácil de remover, igual o governo fez várias vezes lá no Plano Piloto com a ocupação do CCBB ou aquelas ocupações da margem da L2. Eles se aproveitam porque são grupos pequenos, de pessoas que não tem muito conhecimento dos direitos, e eles atacam de várias formas. Primeiro chega com um caminhão, tirando todos os bens da pessoa e jogando no depósito. A pessoa vai correr atrás de quais direitos depois que todas as coisas dela já estão dentro no depósito, até os documentos? É importante essas redes nesse sentido, porque a gente sabe que está vivendo uma ocupação, que a gente está em um momento politicamente estável, mas a qualquer momento essa estabilidade pode virar uma coisa agressiva. A gente tem que estar protegido e ter redes de apoio, porque só assim os movimentos sociais sobrevivem, através de redes de apoio.

A gente quer que aqui seja reconhecido, como um ponto de cultura, como uma casa de acolhimento e como um centro cultural independente, que é a nossa proposta. Trazer uma ideologia de que a arte não é só a colocada pelos meios institucionais, não vai ter só o centro cultural Renato Russo, centro cultural CCBB, ou espaços que são totalmente institucionalizados. É possível também ter espaços que são artísticos e que são reconhecidos, organizações artísticas que coloquem a arte através de outra lógica, através da lógica das próprias pessoas que fazem a arte. Porque algumas pessoas se burocratizam, colocam uma cartilha do que é a arte e do que não é, e muitas vezes isso engessa a criatividade. A gente gosta de pensar nesse sentido na máxima liberdade possível para a máxima criatividade possível, e a rua tem muito a mostrar. Eu vejo que a maior parte desses centros culturais oficiais privilegiam uma arte que já tá meio consolidada, você precisa ter uma coisa já pra poder mostrar aquilo de alguma forma. E nada contra ninguém também, mas é só que a gente está colocando um meio alternativo aqui, um lugar onde as pessoas possam vir criar essa coisa, criar alguma coisa aqui dentro, que seja um espaço de criação e inspiração.



## APÊNDICE D - ENTREVISTA 02 COM PARTICIPANTE DA OCUPAÇÃO RIA

**Entrevistado(a):** Beto\*, artista e militante do centro cultural RIA.

*\* nome fictício a fim de garantir o anonimato do(a) entrevistado(a)*

**Entrevistador:** João Lucas Machado Campos.

**Data de realização da entrevista:** julho de 2023.

**Transcrição:**

Sabendo que era um prédio do Estado, era muito mais fácil ocupar ele, já que para o Estado a gente é morador de rua. Também ter um projeto para mostrar para quem chegar aqui perguntando o porquê de estarmos ocupando aqui. É por isso, para formar o coletivo RIA, um centro cultural. E também construir um projeto pautado pelo coletivismo.

As decisões aqui são decididas coletivamente e fazemos reuniões todas as semanas. A intenção é que se discuta mais o que vamos fazer no futuro, como vamos agir e seguir procedendo, e também para analisar a situação aqui dentro das pessoas, a convivência etc. Mas, a primeira visão que se tem, é essa: o que se vai fazer culturalmente para a sociedade. Não é só uma ocupação para sobreviver, como moradia. Por isso também se chama Resistência de Artistas Internacionais. Se chegar um artista que tenha capacidade de ensinar e de dar alguma coisa em troca de morar aqui.

Em questão econômica, cada pessoa que mora aqui dentro tem que dar 10 reais por semana para ajudar em questões de infraestrutura. Se quebra alguma coisa aqui dentro, a casa já sabe que tem dinheiro para arrumar. E também para fazer eventos etc. Outra forma que nós usamos para nos sustentar é através dos "recicles". A gente procura algumas feiras por aqui perto, para pegar coisas que já não vão vender, como verduras e frutas. Na casa, não se cozinha carne.. Pode entrar carne de fora, mas aqui não se cozinha carne. Temos cozinhas em todos os andares que tem de moradia, no de baixo pode cozinhar ovos e lácteos, é mais vegetariano. E aqui em cima, no terceiro andar, é só vegano. Por isso que a gente procura mais verduras e frutas. Depois, a gente utiliza o "farol coletivo". Nesse farol vai todo mundo e fica umas duas horas no farol se apresentando e recolhendo dinheiro. Também conversando com as pessoas e contando por que a gente está ali no farol, que pertencemos a um centro cultural, que é a sua ocupação etc. Enfim, esse é o dinheiro que a gente ganha lá, e se utiliza para comprar alguns alimentos como feijão, arroz, cuscuz, farinha, café, etc. Esses alimentos que não se pode reciclar. Os custos que mais tem aqui são a comida, a internet, ajuda a fazer *flyers*

para eventos, entre outros. A horta coletiva que tem aqui é para consumir, tanto nós quanto a vizinhança. A gente não vende. Essa situação com o dinheiro é algo que a gente pensa muito. Aqui se faz evento onde não se cobra entrada, mas as pessoas que chegam nos eventos podem trazer um quilo de alimento não perecível, para ajudar a gente. Então, a horta é mais para a gente comer e para a sociedade, a vizinhança

A divisão das tarefas aqui vai de acordo com o tempo disponível de cada um. Lavar a cozinha, por exemplo. Se estiver ocupado de manhã, pode fazer isso de tarde. Mas tentamos não mudar muito o horário do almoço e da janta. É uma coisa que a gente tem que tentar trabalhar sobre isso. Cada um se divide na tarefa para fazer por dia. Tem um quadro aqui, as pessoas vão e colocam o nome para fazer almoço, depois limpar a cozinha, a geladeira, limpar o salão, lavar o banheiro do andar etc. As pessoas que moram no segundo andar vão procurar limpar e se organizar entre elas, assim como no terceiro andar também se organizam entre elas. O que é mais coletivo entre os andares é o almoço e a janta. E é assim que se vai se movendo.

Normalmente chega um certo tipo de pessoa aqui que é mais viajante, ou está ligada com a arte rua ou com os circos. Agora, se chega outra pessoa aleatória, assim que chegou porque estava passando, porque estava precisando de um lugar nós fazemos uma coletiva (tenta que se tenha a maioria das pessoas) e vemos o que essa pessoa está procurando aqui, o que ela pode fazer pelo espaço. É ali que se toma uma decisão. Normalmente, às pessoas que estão meio perdidas e chegam aqui, que estão precisando de alguma ajuda, se dá um prazo de uma semana, e nessa semana a pessoa pode se resolver, procurar outro lugar ou somar nesse espaço. Também tem pessoas que estão viajando e que passam só de visita, ficam uns dois meses e vão embora. As pessoas que estão morando aqui são as mais responsáveis por fazer as atividades aqui dentro do espaço, e a ajudar as pessoas que chegam

Agora já temos 3 anos a vizinhança já nos conhece, então é mais tranquilo. Mas acho que no princípio era mais difícil, porque chegaram do nada muitas pessoas e ocuparam o prédio, começaram a pintar ele, a desenhar e fazer grafite. Agora a vizinhança tá mais tranquila, as pessoas já cumprimentam, no mercadinho as pessoas que trabalham na ali já sabem que a gente mora aqui, então eles oferecem verduras e frutas, além da vizinhança também vir participar das atividades que organizamos.

Sexta-feira, às vezes, nós fazemos um ensaio aberto, musical. A gente tem um estúdio aqui, e colocamos a bateria, o baixo, a guitarra, tudo para fora, ali na frente. E aí a gente fica tocando e convida as pessoas de fora a chegar. O vizinho que tá passando por aqui vê e fica um pouco, escuta. Mas também tem aulas aqui, aulas de música, de circo, de malabarismo, de crochet... Abertas para a vizinhança e para quem mais quiser chegar e participar aqui do espaço.

Primeiro, acho que a anarquia deixa de ser uma utopia aqui dentro. Você vê as pessoas dando um jeito para isso funcionar. E acho que também marca mais a juventude, sobretudo. Eu vejo muita galera jovem chegando aqui com uma ideia

comum de corrente política diferente, como esse espaço que é anarquista. Então vejo muito a juventude chegar aqui, querer colar com a gente, averiguar, ter uma troca de ideia. Acho que com a galera mais velha é mais difícil tirar algumas ideias deles, então vai seguir com esse preconceito, com esse conservadorismo.

Já chegou a polícia para investigar e invadir, ver se a gente tinha drogas aqui. Acho que depois eles começaram a compreender mais o que a gente estava fazendo aqui dentro, qual é a ideia da gente. Então começaram a aproximar outros órgãos do governo como o CRAS e o CREAS, passaram a formar uma rede que tem reuniões aqui. Então sempre chamam a galera para fazer alguma coisa, uma apresentação, uma palavra política do governo, e a gente também vai, por uma questão também de falar “sim, a gente tá aqui, estamos fazendo... não é que só estamos morando lá, estamos aqui como artistas”. Esse impacto que eu vejo que as pessoas já gostam um pouquinho mais de gente, como artista.